

1 1 NOV 2016

GAZETA DO POVO

* CENTRO CÍVICO

Após quase dois anos, TJ é reinaugurado



Solenidade de reinauguração do Palácio da Justiça, no Centro Cívico, em Curitiba.

Obra de revitalização da sede do Tribunal de Justiça do Paraná preservou patrimônio histórico

Katia Brembatti

● Quem passasse ontem ao lado do Palácio da Justiça, no Centro Cívico de Curitiba, se deparava com um canteiro de obras e talvez não acreditasse que o prédio seria inaugurado no mesmo dia. O imóvel histórico, integrante do conjunto arquitetônico do Centro Cívico, passou por uma rechauchutada. A reforma começou em janeiro de 2015 e a parte de engenharia civil — com o projeto, obras e elevadores — custou R\$ 60 milhões. Outros R\$ 5,5 milhões foram desembolsados com móveis.

Quando a **Gazeta do Povo** visitou a reforma, na sexta-feira passada (4), dezenas

de operários se apressavam para deixar o local apresentável. Mas, apesar da solenidade da entrega, o espaço ainda deve permanecer em obras por algum tempo. Os elevadores, por exemplo, não devem ficar prontos antes do fim do mês.

Patrimônio histórico

O sexto andar é “retrofit” — ou seja, preservou muitos dos elementos originais, como tacos de imbuia, ladrilhos e pastilhas. Os materiais foram restaurados e reutilizados — uma exigência do Conselho de Patrimônio Histórico, já que o prédio é tombado.

Já os demais andares são trabalhados no mármore Paraná branco. O mobiliário não chega a ser espartano, mas não há ostentação. A divisão interna foi feita com drywall e o controle dos aparelhos de ar condicionado agora é por gabinete.

As janelas são duplas, para barrar o ruído externo. Há sistema de combate a incêndio e iluminação em LED.

A capela, antes católica, virou ecumênica, e o hall, ornado com um painel de Poty Lazzarotto e lustres sessentistas, foi preparado para receber exposições, mostras culturais e lançamentos de livros.

Escolha dos gabinetes

Por critério de antiguidade, os desembargadores tiveram direito a escolher os gabinetes. Como os espaços são de tamanho semelhante, questões como a luminosidade e a vista da janela acabaram pesando na decisão.

CONTINUA

1 1 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

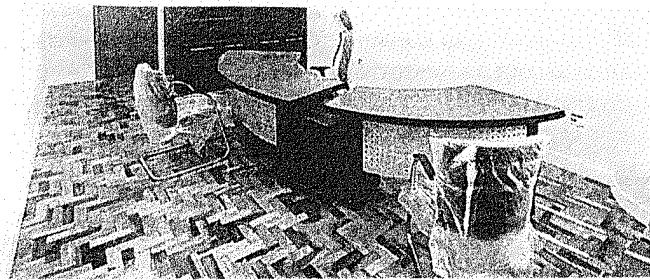
Os desembargadores Clayton Camargo e Regina Portes ficaram com as únicas salas com varanda. Entre os com mais tempo de serviço, oito magistrados optaram por permanecer no prédio anexo. A transferência dos móveis dos demais não tem uma data fixa — cada um pode escolher quando quer se mudar, a partir da inauguração.

A presidência ficará no primeiro andar — já os demais espaços de direção permanecerão no prédio anexo, juntamente com o salão em que acontecem as reuniões do Órgão Especial e do Pleno. Como o espaço reformado abriga apenas 82 gabinetes, quatro dezenas de magistrados devem ficar instalados no anexo.

A ligação entre os prédios é feita por 11 andares de passarelas de aço, revestidas em vidro espelhado. A estrutura parece bem reforçada, mas treme a cada passo. Ainda será licitada a obra do estacionamento — dois andares subterrâneos. Não há data para os trabalhos serem iniciados.

R\$ 60 MILHÕES

foram gastos com as obras de engenharia civil para reforma do prédio do Tribunal de Justiça do Paraná. Outros R\$ 5,5 milhões foram desembolsados com móveis.



Tacos de imbuia do piso foram restaurados e reutilizados.

GAZETA DO POVO

Renan quer debater abuso de autoridade com Moro

1 1 NOV 2016

Presidente do Senado anuncia desejo de votar o projeto de lei até o fim do ano, apesar das críticas de juízes e da força-tarefa da Lava Jato

● Enquanto os investigados da Lava Jato correm do juiz Sergio Moro como o diabo da cruz, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou que pretende marcar um encontro com o magistrado para discutir o polêmico projeto que atualiza a lei de abuso de autoridades. Citado no âmbito da operação que apura desvios de dinheiro da Petrobras e com foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF), Renan disse que vai convidar Moro para discutir as alterações, que para os integrantes da força-tarefa é um tiro certo no coração da Lava Jato.

Renan ensaia a retomada do debate sobre o projeto de abuso de autoridade, fortemente criticado pela classe de magistrados e por colegas do Senado. Sem apoio, a proposta ficou esquecida em uma comissão especial. Agora, ele quer trazê-la de volta à tona e votar até o fim desse ano. "Vou chamar representantes da Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário,

Associação de Juizes Federais. Não acredito que o juiz Moro ou o [procurador da Lava Jato Deltan] Dallagnol defendam o abuso de autoridade. É importante que eles venham para fazermos o debate", afirmou.

Ele disse que definirá um relator na próxima semana para dar andamento à matéria no Senado — Romero Jucá (PMDB-RR) abriu mão para assumir a liderança do governo no Congresso — e ressaltou que não considera uma provocação chamar Moro para debater o tema. "Imagine o estágio da democracia que chegamos. Convidar o juiz Sergio Moro para discutir sobre um tema transcendental e alguém perguntar se não acha que debater é uma provocação. Não acho, não. É importante que ele venha, que o procurador-geral venha, que o STF venha, quem redigiu a proposta mande representante, para que a gente possa fazer um debate público e ao final deliberar sobre essa questão que é muito importante. A lei de abuso de autoridade do Brasil é de 1965, foi editada pelo general Castelo Branco", afirmou.

☞ Convidar o juiz Sergio Moro para discutir sobre um tema transcendental e alguém perguntar se não acha que debater é uma provocação. Não acho, não. É importante que ele venha."

Renan Calheiros, presidente do Senado.

Comissão no Senado vai analisar salários acima do teto de juízes

● O presidente do Senado instalou ontem uma comissão para analisar salários que ultrapassem o teto constitucional. Os senadores terão 20 dias para avaliar casos de servidores que recebem acima do teto constitucional e trazer uma solução, como projeto de lei que impeça o acúmulo de salários e benefícios. Apesar de defender que o levantamento vai tratar dos salários dos três poderes, Renan repetiu diversas vezes, como exemplo, o caso de mais de 10 mil magistrados que recebem acima do teto constitucional, como revelado pelo jornal *O Globo* em outubro. "Enquanto estamos fazendo a reforma da Previdência, estamos reestruturando o gasto público, ainda temos pessoas que ganham mais de R\$ 100 mil." A comissão será presidida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), enquanto o vice-presidente será Antonio Anastasia (PSDB-MG). A relatoria coube à senadora Kátia Abreu (PMDB-TO). Além do levantamento sobre salários acima do teto, a comissão também deve apresentar um projeto para desvincular o subsídio de ministros de tribunais superiores do restante da administração pública. Hoje o teto constitucional é estabelecido por esses salários, o que dificultou o reajuste de ministros do STF, uma vez que a remuneração causa efeito cascata.

1 1 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Teori autoriza outro inquérito contra Gleisi

● O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a abertura de mais um inquérito para investigar a senadora paranaense Gleisi Hoffmann (PT) por corrupção passiva na Operação Lava Jato. A parlamentar já é ré em uma ação penal no tribunal, também por suspeitas decorrentes da Lava Jato. A nova investigação está sob sigilo e, por isso, não há informações disponíveis sobre o caso. Com origem no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4.ª Região, o processo foi cadastrado ontem no STF. Teori é o relator da Lava Jato no Supremo.

Em setembro, a Segunda Turma do STF aceitou por unanimidade a denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República contra a petista e o marido dela, o ex-ministro Paulo Bernardo, na Lava Jato. Eles são acusados de terem recebido R\$ 1 milhão desviados do esquema de corrupção da Petrobras.

SANCHES

Teori Zavascki determinou ainda a abertura de um inquérito para investigar o deputado federal Andres Sanchez (PT-SP), ex-presidente do Corinthians, por corrupção passiva. O inquérito está protegido pelo segredo de Justiça e, como parlamentar, tem foro privilegiado. Sabe-se, no entanto, que a suspeita é de que o crime tenha sido cometido no âmbito da Lava Jato. Sanchez foi eleito para seu primeiro mandato de deputado federal em 2014.

ANDRÉ VARGAS

Já condenado a 14 anos de prisão pelo juiz Sergio Moro, o ex-deputado federal André Vargas (ex-PT) foi denunciado novamente pela força-tarefa da Lava Jato, junto com outras três pessoas, por participar de lavagem de dinheiro de recursos desviados da Caixa Econômica Federal. Segundo os procuradores, Vargas recebeu R\$ 1,6 milhões provenientes de um contrato de consultoria assinado entre a Caixa e a empresa IT7 Sistemas.

1 1 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Lava Jato apura possível elo entre concessões e petrolão

Empresas com negócios nos ramos de energia, logística e transporte são alvo de buscas no Paraná em operação contra lavagem de R\$ 50 mi

Kelli Kadanus Eriksson Denk
Especial para a Gazeta do Povo

● A Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação ontem que pode trazer novos desdobramentos para a Lava Jato fora do esquema já desvendado na Petrobras. A 36.ª fase da investigação, chamada de Dragão, investiga dois operadores financeiros ligados ao esquema: o empresário Adir Assad e o advogado Rodrigo Tacla Duran, que são suspeitos de terem movimentado de forma ilegal R\$ 50 milhões do esquema de corrupção. E também apura o envolvimento de empresas que operam concessões de estradas e de aeroportos, e que também atuam nos setores de portos e energia.

De acordo com as investigações, empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção usavam empresas de Duran para lavar dinheiro e gerar recursos para caixa dois através de contratos fictícios ou superfaturados com o escritório de

advocacia do operador. As quebras de sigilo fiscal das empresas de Duran revelaram que o advogado recebia recursos de diversas empresas, entre elas a Construtora Triunfo, a Triunfo Participações e a Econorte — que foram alvos de busca e apreensão ontem.

A Econorte é uma concessionária de rodovias. A empresa faz parte do grupo Triunfo Participações, que atua no ramo de aeroportos, energia, portos e rodovias. A Triunfo Participações informou não ter relação alguma com a Construtora Triunfo.

Em entrevista coletiva, a força-tarefa da Lava Jato informou que ainda não é possível “formar um juízo de valor” sobre a participação das empresas no esquema e que isso ainda será alvo da apuração. O que chamou a atenção dos investigadores, porém, é que elas repassaram, entre 2011 e 2013, valores expressivos a empresas de Duran, que são suspeitas de lavagem de dinheiro. Segundo

as investigações, a Construtora Triunfo transferiu ao advogado R\$ 2,1 milhões; a Econorte, R\$ 1,5 milhão; e a Triunfo Participações, R\$ 1,5 milhão.

Segundo a força-tarefa, os depósitos feitos ao escritório de advocacia “colocam sob suspeita” a atuação das empresas. “São diversas empresas, diversos esquemas, todos eles conectados”, disse o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Júlio Noronha. Segundo os procuradores, há notas fiscais e comprovantes de pagamento referentes aos contratos entre as empresas e o escritório, mas não há qualquer comprovação da efetiva prestação dos serviços.

Outrolado

A Construtora Triunfo informou que não repassaria informações sobre a operação. Já a Triunfo Participações, que detém o controle acionário da Econorte, informou apenas que está colaborando com as investigações.

“PROFISSÃO CRIMINOSA”

Adir Assad já foi condenado a 9 anos de prisão por participar do esquema de corrupção na Petrobras. Ele foi preso na 10ª fase da Lava Jato, em março de 2015. Rodrigo Tacla Duran está em viagem ao exterior desde abril deste ano e não tem previsão de retorno ao Brasil. Segundo o procurador Júlio Noronha, os dois são acusados de lavar dinheiro para empresas investigadas na Lava Jato, entre elas a UTC, Mendes Júnior e Odebrecht. “Há evidências de que esses operadores financeiros atuaram de forma contínua e prolongada na lavagem de dinheiro, fazendo disso sua profissão.”

11 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Cármem Lúcia: 'Preso custa 13 vezes mais do que estudante no Brasil'

● A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Cármem Lúcia, afirmou ontem que um preso custa 13 vezes mais do que um estudante no Brasil. A declaração foi feita durante a 64.ª Reunião do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps), em Goiânia (GO). "Um preso no Brasil custa R\$ 2,4 mil por mês e um estudante do ensino médio custa R\$ 2,2 mil por ano. Alguma coisa está errada na nossa Pátria amada", afirmou. "Darcy Ribeiro fez em 1982 uma conferência dizendo que, se os governadores não construísem escolas, em 20 anos faltaria dinheiro para construir presídios. O fato se cumpriu", lembrou a ministra. Desde que assumiu a presidência do CNJ, a ministra tem visitado presídios para ver as condições das unidades.



A presidente do STF tem visitado presídios no país.

REINALDO BESSA

Sem essa de casamento aberto

“R egime aberto de prisão é como casamento: à noite e finais de semana em casa. Com o agravante de que casamento não tem liberdade condicional”

Do procurador do Ministério Público Federal Deltan Dallagnol na palestra que deu na quarta-feira de manhã no painel sobre Ética no XXII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica, no ExpoTrade. Ele falou sobre a importância dos princípios éticos para a sustentabilidade empresarial em painel mediado pelo reitor da UFPR, Zaki Akel.



Dallagnol doou todo o cachê da palestra à construção do Erastinho, ala infantil do hospital oncológico Erasto Gaertner.

COLUNA DO LEITOR

CASA DA MULHER

Foram consultadas as delegadas na hora de planejar a obra da Casa da Mulher. Agora, por capricho de uma nova delegada, tudo tem de mudar? Improbabilidade! O que custa mandar uma equipe para o local? Querem muita comodidade. Tomara que o MP ofereça denúncia contra essa atitude. Só sabemos reclamar de políticos. Vamos trabalhar.

Rodrigo Miglioli

1 1 NOV 2016

GAZETA DO POVO
* OPERAÇÃO NOSOTROS

Polícia cumpre mandados de busca e apreensão no Instituto Jaime Lerner

Ex-governador do Paraná e ex-prefeito de Curitiba não estava no local. Instituto nega participação em esquema sob investigação no estado do Tocantins

Eriksson Denk, especial para a Gazeta do Povo, Raphael Marchiori e Kelli Kadamus

● A Polícia Federal (PF) cumpriu na manhã de ontem mandado de busca e apreensão no Instituto Jaime Lerner, em Curitiba. A Operação Nosotros, como foi batizada, está sendo conduzida pela PF de Tocantins e não tem relação com a 36.ª fase da Lava Jato, também deflagrada ontem. A ação da PF, que tem como foco principal Palmas, capital do Tocantins, investiga suspeitas de irregularidades na implantação, na cidade, do sistema de ônibus BRT (de expressos em canaletas) ao custo de R\$ 260 milhões. Essa licitação está suspensa desde outubro de 2015 por suspeita de superdimensionamento da demanda do projeto. Um projeto de expansão da capital do Tocantins feito pelo escritório de Lerner e encomendado pelo setor imobiliário

local também é investigado pela operação.

Segundo a PF, houve repasse de informações privilegiadas da prefeitura de Palmas a empresas que participaram da concorrência do BRT. Também é investigado o uso da máquina pública por funcionários públicos e corretores de imóveis. “No decorrer das investigações, identificamos uma possível ligação de agentes públicos com imobiliárias que pressionaram proprietários de terras a entregar uma parte de seus bens a essas pessoas”, disse o delegado Cleyber Malta, da PF do Tocantins.

Em nota, a Polícia Federal informou que uma das formas de coação do grupo se dava “através da cobrança de altos valores de IPTU desses proprietários”. “A implantação do sistema BRT valorizaria os imóveis que o grupo tivesse posse após a obra”, diz trecho do texto. Os delegados que chefiaram a investigação disseram que há notícias de cobranças milionárias de impostos retroativos e também o uso de instrumentos como a “declaração de utilidade pública da terra” para pressionar os proprietários.

Outro lado

O Instituto Jaime Lerner negou participação no projeto do BRT de Palmas e no su-

posto esquema, alvo da operação. “Toda a documentação necessária relativa ao plano de ocupação foi prontamente fornecida aos agentes”, informou o instituto, em nota. “Tanto o Instituto Jaime Lerner como a Jaime Lerner Arquitetos Associados não tiveram e não têm nenhuma relação com os projetos e com a implantação do BRT da cidade de Palmas, Tocantins, processos estes conduzidos sob estrita responsabilidade da Prefeitura Municipal de Palmas”.

Na sede do Instituto Jaime Lerner, a PF apreendeu documentos físicos relacionados ao projeto de expansão de Palmas, além de arquivos virtuais e HDs. O ex-governador do Paraná e ex-prefeito de Curitiba não estava no local durante a busca da Polícia Federal.

A operação em Curitiba está ligada a mandados cumpridos no Tocantins e em Santa Catarina. No total, foram 10 mandados de busca e apreensão e 12 de condução coercitiva (quando o investigado é levado para depor e liberado em seguida).

CONTINUA

1 1 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ALVO

Prefeito de Palmas tem ligações com o Paraná

● Alvo da Operação Nosotros, que investiga o Instituto Jaime Lerner, o prefeito de Palmas, Carlos Amastha (PSB), tem uma ligação o Paraná. Colombiano de nascimento, ele mudou-se para o Brasil e viveu em Curitiba. É torcedor declarado do Coritiba e um dos proprietários do Maringá Park Shopping, no Norte paranaense. Foi na capital paranaense que Amastha conheceu a esposa Glogerley Amastha, com quem teve três filhos. Antes de ser prefeito de Palmas, cargo para o qual se reelegeu neste ano em uma chapa que tem entre outros partidos o PSB e o PSDB, o colombiano era um empresário reconhecido por negócios milionários tanto em seu país natal quanto no Brasil.

No Twitter, Amastha disse estar a caminho de Barcelona, na Espanha, para participar do evento Smart City Expo & World Congress. Ele seria levado para depor. Mais tarde, o prefeito voltou a falar sobre a operação na sua conta no microblog. Disse que "nada teme", que sente "vergonha" e que "nunca havia presenciado tamanha barbaridade".

R\$ 260 MILHÕES

é o custo estimado da implantação do sistema de ônibus BRT (expressos em canaletas) na cidade de Palmas, capital do Tocantins.

1 1 NOV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-RS autoriza penhora de FGTS de pai que deve pensão alimentícia a filha

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi criado para assegurar o futuro do trabalhador em caso de dispensa, mas pode sofrer penhora, excepcionalmente, se o seu titular for credor de alimentos e não dispor de outros meios para honrar sua obrigação legal. O entendimento levou a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul a deferir o pedido de penhora do FGTS para quitar a dívida de pensão alimentícia de um pai inadimplente com a Justiça desde 2011.

No primeiro grau, o juiz da 1ª Vara Judicial da Comarca de Taquari, Rodrigo de Azevedo Bortoli, indeferiu o pedido de penhora dos valores existentes na conta de FGTS do pai, por se tratar de medida excepcional.

Ele disse que a parte autora não demonstrou ter esgotado os meios de localização de bens passíveis de penhora. Nesse sentido, citou precedente no Agravo 70040172314. Segundo o acórdão, “embora possível a penhora sobre saldo de FGTS em se tratando de dívida de natureza alimentar, no caso é descabida penhora, tendo em vista existir outro meio para satisfação do crédito”.

1 1 NOV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ação previdenciária de jovem ferido no trabalho cabe à Justiça estadual

A ação previdenciária proposta por um homem que perdeu a visão em acidente de trabalho como mecânico quando tinha 16 anos deve ser julgada pela Justiça estadual.

A decisão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que julgou conflito de competência entre a Justiça Federal e a Justiça do estado de Santa Catarina, pois nenhuma delas considerava ter competência para enfrentar a demanda.

De acordo com o ministro Mauro Campbell Marques, relator do conflito, o artigo 109, I, da Constituição Federal de 1988, ao excetuar da competência federal as causas de acidente de trabalho, "abarcou tão somente as lides estritamente acidentárias, movidas pelo segurado contra o INSS".

1 1 NOV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ações no CNJ que questionam verbas extras para juízes já têm relator

O conselheiro Lélvio Bentes Corrêa será o relator de dois pedidos de providências protocolados em outubro no Conselho Nacional de Justiça que questionam o recebimento de vantagens por magistrados que fazem suas remunerações ultrapassarem o teto constitucional. As petições tratam sobre o auxílio-moradia concedido a membros do Poder Judiciário federal e “vantagens eventuais” pagas todos os meses a desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo.

No caso do tribunal paulista, o autor do pedido afirma que não vem sendo promovido

pela corte o chamado “abate-teto”, criado para cortar a parte do salário que ultrapassa o limite, que é o valor da remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

O pleito referente ao auxílio-moradia na Justiça federal pede ao CNJ que determine todos os tribunais do Poder Judiciário da União a observarem o artigo 17, parágrafo 9º, da Lei 13.242/2015, das Diretrizes Orçamentárias de 2016. O diploma restringiu a concessão de auxílio-moradia para membros do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União e do Judiciário da União.

Prazo para purga da mora em despejo conta da juntada da citação

A contagem do prazo para purgação (justificativa) da mora na ação de despejo tem início no momento da juntada do mandado de citação aos autos. Esse foi o entendimento da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao negar recurso em ação de despejo na qual se questionava a tempestividade de depósito feito por locatário para evitar rescisão do contrato de locação.

Em seu voto, o ministro relator, Villas Bôas Cueva, explicou que o questionamento a respeito do início do prazo para a purga da mora veio com a vigência da Lei 12.112/09. Essa lei modificou o artigo 62, II, da Lei de Locações (Lei 8.245/91), estabelecendo um prazo de 15

dias, contado da citação, para se justificar a mora.

No entanto, apesar da nova redação do dispositivo legal, para o magistrado, é necessário que o artigo seja interpretado em conjunto com o Código de Processo Civil de 1973. “O artigo 62, II, da Lei 8.245/91, em sua redação atual, por estabelecer prazo para a prática de ato processual, deve ser interpretado em conjunto com o disposto no artigo 241, II, do CPC/1973, segundo o qual começa a correr o prazo, quando a citação ou intimação for por oficial de Justiça, da data de juntada aos autos do respectivo mandado devidamente cumprido”, afirmou o ministro.

11 NOV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proibir preso de falar com advogado é inconstitucional

Nem mesmo em estado de defesa, que pode ser decretado pelo presidente da República para preservar ou restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por “grave e iminente instabilidade institucional”, presos podem ficar incomunicáveis. A medida, prevista no artigo 136 da Constituição, suspende algumas garantias individuais do cidadão, mas não essa, considerada essencial ao direito de defesa.

Apesar disso, o presídio de Catanduvas, no Paraná, tem proibido presos de conversarem com seus advogados por até 90 dias, em função de uma norma interna. A portaria é de 2014 e prevê a incomunicabilidade como punição para o preso que falar com seu advogado

sobre informações que não têm relação direta com o “interesse jurídico processual do preso”, de forma verbal, escrita ou por qualquer forma não audível, “inclusive mímica”. Além disso, o estabelecimento grava as conversas entre profissionais e clientes.

A medida é inconstitucional e inadmissível, de acordo com a Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. “Em situação de normalidade, não se pode admitir a usurpação de direitos tão caros ao Estado Democrático de Direito, sendo garantido ao advogado o livre ingresso em presídios e a comunicação com o seu cliente preso”, diz parecer assinado pelo presidente da comissão, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

1 1 NOV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Cármén Lúcia diz que preso custa mais que estudante

Presidente do STF debateu com secretários plano de segurança

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármén Lúcia, disse hoje (10) que um preso custa, por mês, para os cofres públicos R\$ 2,4 mil e um estudante do ensino médio, R\$ 2,2 mil. Segundo a ministra, os números mostraram que "alguma coisa está errada na nossa pátria amada".

As afirmações da ministra foram feitas pela manhã, em Goiânia, onde ela participou de uma reunião entre secretários de Segurança Pública dos estados para debater o Plano Nacional de Segurança, que está em discussão pelo governo federal.

Segundo Cármén Lúcia, o combate à violência exige ações em conjunto entre os estados e a União. "Darcy Ribeiro fez em 1982 uma conferência dizendo que, se os governadores não construíssem escolas, em 20 anos faltaria dinheiro para construir presídios. O fato se cumpriu. Estamos aqui reunidos diante de uma situação urgente, de um descaso feito lá atrás", disse a ministra. ●

1 1 NOV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Procurador diz que anistiar caixa 2 beneficia corruptos

Procuradores da força-tarefa que investiga os crimes apurados no âmbito da Operação Lava Jato voltaram a manifestar preocupação com a hipótese de o Congresso Nacional aprovar mudanças legislativas que, para eles, ameaçam o combate à corrupção – como uma eventual anistia a políticos envolvidos em caixa 2 e novas regras para os acordos de leniência, que, hoje, permitem a redução das penas impostas a empresas investigadas que colaboram com a Justiça.

“Não há uma forma mágica de tratar a corrupção e interromper esses delitos a não ser por meio de políticas públicas, do aperfeiçoamento do nosso sistema legislativo-penal, do fortalecimento das instituições”, comentou o procurador da República *Roberson Pozzobon* durante coletiva de imprensa para detalhar a 36ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada hoje (10). ■

Renan vai convidar Moro para discutir lei

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse hoje (10) que pretende convidar o juiz federal Sérgio Moro, que julga a Operação Lava Jato, para discutir o projeto que altera o texto da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965). Moro já fez críticas públicas à proposta.

Renan disse que também pretende convidar para o debate público o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, representantes da Polícia Federal, do Judiciário e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). A Ajufe também fez críticas ao projeto, que classificou como uma tentativa de intimidar os juizes. ■

11 NOV 2016

TRIBUNA DO PARANÁ DE PAPEL PASSADO



Mãe e filha, Vani e Rosângela, casaram-se na cerimônia coletiva.



Roseli: ganhou produção do Senac.

**Cerimônia
coletiva
oficializou a
união de 298
casais, na Rua
da Cidadania
do Boqueirão**

Lucas Sarzi
lucas@tribunadoparana.com.br

O sorriso no rosto era comum entre os 298 casais que oficializaram a união no casamento coletivo na Rua da Cidadania do Carmo, no Boqueirão, na manhã de ontem. De jovens a idosos, todos tinham a mesma ansiedade no olhar e, para eles, a realização de um sonho. Essa foi uma ação conjunta do projeto Justiça no Bairro com a **RPC, Tribuna e 98 FM**.

A maioria dos casais já morava juntos, mas não tinha oficializado a união por falta de dinheiro ou porque o tempo foi passando e assim ficou. “Decidimos casar porque sentimos a necessidade

disso em casa. Até porque, se o marido morre e sem casar, a esposa ainda fala que ficou sem os direitos, né?”, brincou Sebastião da Silva Santos, 69 anos, que se uniu com Vani Ferraz, 57.

O casal, que já vive junto há 32 anos, decidiu oficializar a união quando soube que a filha, Rosângela Ferraz, 21, iria casar. “A gente ia casar no ano passado, mas não deu certo. Aí decidimos oficializar agora e meus pais resolveram casar também. Diferente”, disse a jovem, que oficializou o relacionamento com Denis Peterson, 24, junto com a filha do casal, de apenas dois meses.

Além do casamento no cartório, os quatro devem se casar também na igreja e já têm data marcada: “No dia 26, no Uberaba. Vamos casar todos juntos e pretendemos fazer uma festa. Lá no futuro ela (a neta) vai falar que veio com a mãe casar”, comentou Sebastião.

A preparação de 60 noivas começou cedo, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Elas receberam maquiagem, cabelo e os serviços de um salão de beleza de graça. “Amei.

Uma chance única. Toda mulher fica muito feliz em poder ser bem tratada, né?”, comentou Roseli Aparecida da Silva, 45, que já mora junto com o marido há 27 anos. Ela contou que a iniciativa pelo casamento partiu dos dois, que decidiram oficializar. “E em maio, no ano que vem, vamos casar na igreja”.

CONTINUA

11 NOV 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Cada casal uma história

A desembargadora Joeci Machado, que promove os casamentos coletivos desde 2003, estava emocionada. "Cada casamento é uma emoção diferente, por causa das histórias dos casais, das dificuldades que eles nos apresentam. A gente compartilha da felicidade, do momento único de cada casal". A desembargadora disse que não pretende parar com as promoções dos casamentos, que já uniram mais de 20 mil casais.

Ainda em 2016, o último casamento coletivo a ser realizado vai ser em Apucarana, no Norte do Paraná, e as inscrições podem ser feitas até segunda-feira (14), no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade. Conforme a desembargadora, a próxima edição do casamento coletivo em Curitiba vai ser no dia



A desembargadora Joeci Machado conduziu a cerimônia.

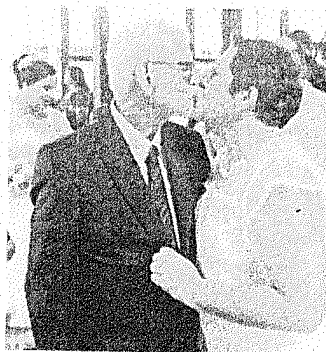
29 de março de 2017, aniversário da capital, e será ainda mais especial. "Vamos comemorar os 15 anos do programa Justiça no Bairro, que foi o nosso presente para Curitiba".

Alguns casais que não puderam oficializar a união no evento de ontem, por causa de documentações pendentes, vão oficializar a união no cartório, sem pagar nada. (LS)

Sonhos e emoções

Sem seguir qualquer regra, Francielle de Fátima da Silva, 23, decidiu tomar a iniciativa e pediu o namorado, Jeferson Cruz Fonseca, 22, em casamento. "Estamos juntos há cinco anos. Íamos casar na outra edição do casamento coletivo, que teve no começo do ano, mas não conseguimos vaga. Dessa vez, ele não escapou", brincou a jovem. O casal não pretendia fazer festa, pois já estavam com viagem marcada. "Saindo do casamento, vamos para São Paulo para aproveitar nossa lua de mel".

Emocionados, Rodolpho Gazabin e Maria do Rocio Barbosa, juntos há 44 anos, finalmente puderam oficializar o casamento. "Já temos uma família formada, já temos uma



Rodolpho e Maria: 44 anos.

história construída, mas eu ainda não tinha realizado meu sonho. Realmente foi muito emocionante", comentou Maria do Rocio, que ainda estava alegre por poder ter o sobrenome do agora marido. "Sempre quis e agora também sou uma Gazabin". (LS)

TRIBUNA DO PARANÁ

ENCONTRO

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou na noite de anteontem, em uma conversa informal com jornalistas, que pretende marcar um encontro com o juiz Sergio Moro para discutir o polêmico projeto que endurece a Lei de Abuso de Autoridade confira os principais pontos da proposta. Citado no âmbito da operação que apura desvios de dinheiro da Petrobras e com foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF), Renan disse que vai convidar Moro para discutir as alterações, que para os integrantes da força-tarefa da Lava Jato, é um tiro certo no coração da Lava Jato. A grande maioria dos senadores, apesar de defender a modernização, critica a pressa de Renan em um momento delicado da Operação Lava Jato.

PROFISSÃO

O procurador do Ministério Público Federal (MPF) Júlio Noronha disse ontem que os operadores que tiveram a prisão decretada na Operação Dragão, deflagrada pela Polícia Federal (PF), fizeram da lavagem de dinheiro sua profissão. A Justiça determinou a prisão de Adir Assad e Roberto Tacla Duran na 36.ª fase da Lava Jato. "Atividade criminosa não é profissão. O Estado não pode tolerar que pessoas façam da atividade criminosa a sua profissão", disse o procurador. "Na operação de hoje há evidências de que esses operadores financeiros agiam em plena sintonia para gerar recursos que foram utilizados para o pagamento de propina por diversas empresas a diversos agentes públicos", explicou Noronha.

1 1 NOV 2016

ANISTIA

O procurador da Operação Lava Jato Roberson Pozzobon criticou ontem a tentativa dos deputados federais de aprovar no Congresso a anistia ao caixa dois eleitoral. "Caixa dois é crime. Não existe caixa dois inocente", disse Pozzobon durante coletiva de imprensa da força-tarefa nesta manhã para explicar a 36.ª fase da Lava Jato. Pozzobon aproveitou para reforçar a importância da criminalização da prática de caixa dois, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) no projeto das Dez Medidas Contra a Corrupção, em tramitação no Congresso. Segundo o procurador, os criminosos "precisam ter medo de praticar esses delitos", disse. No Congresso, há uma tentativa de aprovar uma espécie de anistia ao caixa dois praticado antes da criminalização proposta pelo MPF. "Precisamos aprovar não retrocessos legislativos, mas avanços legislativos", criticou Pozzobon.

NOVA FASE DA LAVA JATO

A força-tarefa da Lava Jato deflagrou na manhã de ontem a 36.ª fase da investigação. Batizada de Operação Dragão, a ação mira dois importantes operadores financeiros do esquema de movimentação ilegal de recursos: o empresário Adir Assad e o advogado Rodrigo Tacla Duran, que são suspeitos de terem movimentado de

forma ilegal R\$ 50 milhões do esquema de corrupção. De acordo com a Polícia Federal, as equipes policiais cumpriram 16 mandados de busca e apreensão e dois mandados de prisão preventiva em cidades do Ceará, São Paulo e Paraná aqui, as ações são em Curitiba e Londrina. No Paraná, foram cumpridos mandados de busca

e apreensão nas sedes da Construtora Triunfo (Curitiba) e da concessionária de rodovias Econorte (Londrina), que opera pedágio praças de pedágio no Paraná. A força-tarefa informou que ainda não é possível "formar um juízo de valor" sobre a participação das empresas no esquema e que isso ainda será alvo da apuração.

11 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

O risco de Abdelmassih sair da cadeia

VICENTE VILARDAGA

O ex-médico Roger Abdelmassih, condenado por atacar sexualmente dezenas de mulheres em sua clínica de reprodução, tenta sair da cadeia, onde cumpre pena de 181 anos.

No final de setembro, seus advogados pediram à Justiça um indulto humanitário, algo que só se pede para criminosos muito enfermos que correm o risco de morrer atrás das grades. Se for confirmado que seu estado é realmente crítico, Abdelmassih pode passar a cumprir sua pena fora do presídio do Tremembé.

A princípio, o pedido de indulto foi baseado na opinião profissional de médicos que Abdelmassih escolheu e pagou do próprio bolso. No primeiro semestre, passou por pelo menos quatro consultas, com autorização da penitenciária. O laudo final foi assinado pelos legistas Luiz Saavedra de Paiva e Francisco Miguel Moraes Silva.

Ambos afirmam que Abdelmassih tem problemas cardíacos graves e corre o risco de sofrer um derrame ou um infarto. Apontam, também, para a possibilidade de uma morte súbita. E concluem que ele precisa de cuidados que não podem ser prestados na cadeia.

Paiva é professor de medicina legal e médico legista aposentado da Polícia Civil de São Paulo. E Moraes Silva foi diretor do IML de Curitiba, exonerado do cargo no ano 2000,

O pedido de indulto é uma chance de Abdelmassih levar a discussão de seu caso para o ambiente em que se sente protegido: o meio médico

sob acusação de cometer várias irregularidades. Em 2007, foi condenado pela 4ª Vara da Fazenda Pública por improbidade administrativa.

O pedido de indulto, embora contraste com a desumanidade da violência cometida contra suas pacientes, é um direito do Abdelmassih, pois nenhum de seus crimes foi considerado hediondo. É, também, um privilégio de poucos criminosos.

Só no ano passado morreram 422 detentos nos presídios paulistas de causas não violentas, atingidos por doenças como tuberculose, hepatite C, Aids e pneumonia, que não tiveram chance de pedir indulto.

O pedido representa uma chance estratégica de Abdelmassih levar a discussão de seu caso para o ambiente em que mais se sente protegido: a corporação médica. Perto de seus pares, ele reforça seu sentimento de impunidade.

Graças à proteção corporativa escondeu suas perversões por quase duas décadas. O sentimento classista, que foi fundamental para mantê-lo solto, pode ajudá-lo a

sair da prisão.

Diante dessa revoltante possibilidade, as vítimas do ex-médico se mobilizam e fazem abaixo-assinados. Abdelmassih cumpriu menos de três anos de sua pena centenária e, sem benefícios, não sairá da cadeia antes de 2043, com 100 anos de idade. Hoje, ele tem 73 anos.

Quem vai decidir o destino do ex-médico é a juíza Sueli Zeraik, da Vara de Execuções Criminais de Taubaté. Em 2013, a mesma juíza concedeu o benefício do regime semiaberto para outro criminoso ilustre, o jornalista Antonio Pimenta Neves, que matou a namorada Sandra Gomide.

A primeira medida da magistrada, antes de tomar sua decisão, será pedir novos exames com médicos indicados pela Justiça.

O estado de saúde de Abdelmassih deve ser averiguado com rigor e isenção. Talvez fosse o caso de incluir alguma médica para participar do grupo que fará a avaliação. Na hipótese de conseguir o indulto, ele pode ser internado num hospital penitenciário, num hospital privado ou mesmo cumprir a pena em uma de suas luxuosas residências. E se não houver vigilância permanente da sociedade, as chances disso acontecer são altas.

VICENTE VILARDAGA, 51, é jornalista e escritor. Publicou recentemente o livro "A Clínica - A Farsa e os Crimes de Roger Abdelmassih" (Ed. Record)

1 1 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

36ª fase da Lava Jato investiga lavagem de mais de R\$ 50 mi

‘Operação Dragão’ apura ação de Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran em esquema com empreiteiras como UTC

Duran integra lista de foragidos da Interpol e está no exterior desde abril; Assad já está preso em Curitiba

BELA MEGALE
DE BRASÍLIA

A Polícia Federal deflagrou nesta quinta (10) a 36ª fase da Lava Jato, batizada de Dragão, que investiga a ação dos operadores Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran na lavagem de mais de R\$ 50 milhões.

Foram cumpridas 18 ordens judiciais no Ceará, São Paulo e Paraná, sendo 16 mandados de busca e apreensão e dois de prisão preventiva contra Assad e Tacla.

Assad já está preso em Curitiba e Duran integra a lista de foragidos da Interpol, diz a PF. Ele não foi detido porque está no exterior desde abril.

Em coletiva de imprensa, os procuradores Roberson Pozzobon e Julio Noronha afirmaram que empreiteiras envolvidas na Lava Jato, como a UTC e Mendes Júnior, repassaram, respectivamente, R\$ 9 milhões e R\$ 25 milhões a Duran entre 2011 e 2013.

No período, outras empresas com contratos públicos, como a construtora Triunfo e a concessionária Econorte, no Paraná, fizeram depósitos em contas do operador. Elas também foram alvos de buscas.

Segundo os investigadores, Duran usava suas empresas, entre elas o escritório Tacla Duran Sociedade de Advogados, para gerar dinheiro e realizar pagamentos de propinas.

Executivos da UTC revelaram em delação que Duran foi indicado com o propósito de lavar dinheiro. A empreiteira celebrou contratos de R\$ 56 milhões com o escritório de advocacia que, diz Pozzobon, foram “sobrevalorizados ou inexistentes”.

A Mendes Júnior firmou contratos junto ao escritório na ordem de R\$ 25 milhões. Duran teria se beneficiado de R\$ 61 milhões do esquema.

“A empresa transferia para o escritório, o principal sócio, no caso Tacla Duran, sacava e devolvia parte dos recursos para a empreiteira, que os utilizava em pagamento de propina”, descreveu Pozzobon.

Os investigadores relataram que Duran tinha contato com outros operadores, como Assad, que repassou R\$ 24,3 milhões ao advogado.

Duran também seria um dos responsáveis por lavar dinheiro do setor da Odebrecht apontado como o departamento de propina da empreiteira.

Colaborou MARCELO TOLEDO, de Ribeirão Preto

CONTINUA

11 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OPERADORES NA MIRA

Suspeitos de lavagem de dinheiro são alvos da 36ª fase da Lava Jato

Pedidos de prisão

Adir Assad

Preso pela primeira vez na Lava Jato em março de 2015, já foi condenado por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Está preso em Curitiba

Acusação

É apontando como um dos operadores que trabalhava com Duran, para quem repassou R\$ 24,3 milhões por meio de suas empresas

 **Delações que citam Assad**
> Delcídio do Amaral, ex-senador

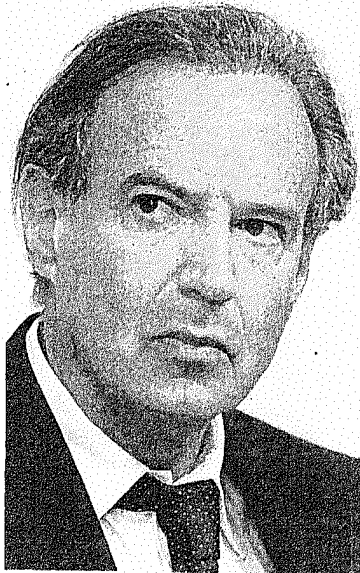
Rodrigo Tacla Duran

Advogado, suspeito de lavar dinheiro para Odebrecht, UTC, Mendes Júnior e outras empresas com contratos públicos. Desde abril está fora do Brasil

Acusação

Usou suas empresas, entre elas o seu escritório de advocacia, para gerar dinheiro usado em pagamentos de propinas

 **Delações que citam Duran**
> Vinicius Borin, que operava propinas da Odebrecht
> Executivos da UTC



> OUTRO LADO <

Defesas não fazem comentários sobre operação 'Dragão'

O advogado de Adir Assad, Miguel Pereira Neto, disse que vai tomar conhecimento dos fatos para saber quais medidas adotará em relação a mais esse pedido de prisão.

Procurada para falar do repasse de R\$ 9 milhões a Duran entre 2011 e 2013, a UTC informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que “não comenta investigações em andamento”.

A construtora paranaense Triunfo também não comentou os depósitos feitos em contas do operador. A concessionária Econorte, também do Paraná, e a Mendes Júnior não responderam.

A empreiteira Odebrecht afirmou que não irá se manifestar sobre o caso.

1 1 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Teori autoriza inquérito sobre Andrés Sanchez, ex-Corinthians

Hoje deputado pelo PT, ex-cartola é suspeito de corrupção passiva

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki autorizou nesta quinta (10) a abertura de um inquérito para investigar o deputado federal Andrés Sanchez (PT-SP) no âmbito da Operação Lava Jato.

Ex-presidente do Corinthians, Sanchez é suspeito de corrupção passiva. Como o inquérito tramita em segredo de Justiça, não há detalhes sobre a investigação.

A força-tarefa da Lava Jato em Curitiba investiga supostos pagamentos de propina de R\$ 500 mil pela Odebrecht a André Luiz de Oliveira, o André Negão.

O dinheiro seria relativo à construção do Itaquerão, em São Paulo. A obra entrou no radar Lava Jato em março.

Na ocasião, Oliveira foi levado a depor por policiais. Ele era chefe de gabinete de Sanchez em São Paulo.

OUTRO LADO

Sanchez afirmou que seu advogado lhe disse que o inquérito se trata de uma investigação sobre sua campanha para deputado, em 2014.

Segundo o petista, o STF vai apurar se o dinheiro que apareceu em uma planilha da Odebrecht para Oliveira foi ou não destinado à sua candidatura. "Agora vou poder provar que é mentira. Não recebi nada", disse. (REYNALDO

TUROLLO JR. E CAMILA MATTOSO)

1 1 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ó céus

Políticos parecem ter uma atração irresistível pelos céus. A Procuradoria Regional da República da 1ª Região denunciou 443 ex-deputados federais pelo escândalo conhecido como “farra das passagens”.

De 2007 a 2009, os políticos usaram de modo nada republicano as verbas para compra de bilhetes aéreos a que tinham direito. Em vez de custearem somente deslocamentos relacionados com o trabalho, bancaram atividades particulares, como o transporte de parentes e viagens de lazer. Alguns chegaram a vender parte da cota para agências de turismo.

Para o Ministério Público Federal, as condutas caracterizam o crime de peculato. Vários dos acusados afirmam que, como esse tipo de operação não era vedado por lei, nada fizeram de errado.

Ministros do governo Michel Temer (PMDB) se valeram de ardis semelhantes. Levantamento feito pelo jornal “O Estado de S. Paulo” mostrou que, de 781 voos que os auxiliares do presidente solicitaram à Força Aérea Brasileira (FAB) de maio a outubro, 238 —praticamente um terço— ocorreram em desacordo com as regras fixadas.

Essas viagens tiveram como origem ou destino a cidade de residência dos ministros e não contaram com justificativa na agenda oficial. Dos 24 titulares de pasta,

só 3 seguiram as normas. O fato de muitos dos deslocamentos terem ocorrido nas sextas e nas segundas-feiras reforça a suspeita quanto às motivações particulares.

Esses não são os primeiros nem serão os últimos casos de abuso de benefícios oferecidos a autoridades. A discussão legal pode ser interminável, mas a moral é bem mais simples: se o político se vale de seu cargo para lograr vantagens pessoais, seu ato é condenável.

Há uma solução simples para esse tipo de problema, mas é pouco provável que venha a ser adotada. Bastaria pagar às autoridades um salário um tanto mais elevado e eliminar todos os auxílios, verbas de gabinete e mordomias.

Parlamentares e ministros iriam para o serviço por seus próprios meios. Precisam de avião? Que tomem voos de carreira, a não ser em casos muito restritos, definidos minuciosamente em lei. Pagando do próprio bolso, ninguém reclamará se viajarem de primeira classe ou levarem pencas de parentes.

Políticos que quisessem auxiliares não concursados contratariam por conta própria, sem limite de funcionários nem a necessidade de fiscalizar se de fato trabalham.

Os cofres públicos sairiam ganhando, e os políticos seriam forçados a dar valor ao dinheiro que recebem dos contribuintes.

1 1 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

TSE marca acareação sobre cheque de R\$ 1 mi na campanha de Temer

Mateus Coutinho,
Julia Affonso e
Rafael Moraes Moura
Agência Estado

São Paulo e Brasília - Um cheque de doação no valor de R\$ 1 milhão do diretório nacional do PMDB nominal à campanha do então candidato a vice-presidente Michel Temer em 10 de julho de 2014 diverge, segundo a defesa da ex-presidente Dilma Rousseff, da versão do empreiteiro Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez. O PMDB reafirmou, em nota, que "sempre arrecadou recursos seguindo os parâmetros legais em vigência no país". "Doações de empresas eram permitidas e perfeitamente de acordo com as normas da Justiça Eleitoral nas eleições citadas." O partido destacou que todas as suas contas eleitorais "em todos esses anos" foram aprovadas.

Em seu depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral, na ação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer, em setembro deste ano, Otávio Azevedo declarou que o valor foi doado ao diretório nacional do PT.

As doações de empresas para os diretórios dos partidos era uma prática comum até o Su-

premo Tribunal Federal vetar repasses de pessoas jurídicas nas eleições, nova regra que entrou em vigor neste ano. Os diretórios é que decidiam, então, os candidatos destinatários dos valores doados e registrados na Justiça Eleitoral.

Em seu relato ao TSE, Otávio Azevedo - um dos delatores da Operação Lava Jato - afirmou que a Andrade Gutierrez doou em março de 2014, R\$ 1 milhão ao diretório nacional do PT que, posteriormente, teria repassado à campanha em 14 de julho.

Esse valor, segundo o empresário, teria sido pago como parte de um acerto de propina de 1% dos contratos da Andrade com o governo Dilma.

Como previa a legislação no período, os diretórios eram obrigados a identificar o responsável pelas doações que chegavam à sigla e depois eram encaminhados aos candidatos.

O cheque e os registros da prestação de contas, segundo a defesa de Dilma perante o TSE, mostrariam que o repasse de R\$ 1 milhão feito naquele ano foi para o diretório nacional do PMDB. Posteriormente, o diretório encaminhou os valores para a campanha da chapa Dilma-Temer.

A defesa de Dilma Rousseff no processo acusou o delator de prestar falso depoimento à Justiça Eleitoral e pediu ao Ministério Público que apure o caso.

Ao ser indagado em setembro pelo ministro Herman Benjamin, relator da Ação Judicial Eleitoral no TSE, sobre as doações feitas pela Andrade Gutierrez aos vários candidatos e partidos, Otávio disse não haver uma distinção no caixa da empresa sobre os repasses feitos aos políticos.

Ele afirmou, contudo, que "certamente" o R\$ 1 milhão doado ao PT em março daquele ano seria decorrente do acerto de propinas da Andrade com os ex-ministros petistas Antonio Palocci e Ricardo Berzoini.

Ele também reafirmou que parte dos recursos que eram doados ao PMDB vinha de um acerto de propinas da empreiteira com o partido referente às obras da usina de Belo Monte, citada pelos delatores da Andrade e que está sob investigação da Lava Jato.

CONTINUA

1 1 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Diante disso, o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Herman Benjamin, relator do processo que pode levar à cassação da chapa vitoriosa de Dilma Rousseff e Michel Temer nas eleições de 2014, determinou uma acareação entre Edinho Silva, que atuou como tesoureiro da campanha da petista, e o executivo Otávio Azevedo.

A acareação foi marcada para quinta-feira (17), às 18h, no TSE. A decisão do ministro acolhe pedido dos advogados que representam o PSDB, responsáveis pela ação contra a chapa Dilma/Temer. A decisão de Herman foi tomada depois de a defesa de Dilma apresentar ao TSE uma série de documentos que apontam que Temer foi o beneficiário de uma doação de R\$ 1 milhão da Andrade Gutierrez. A defesa de Otávio não quis comentar o assunto.

DEFESA

O PMDB emitiu nota na qual "reafirma que sempre arrecadou recursos seguindo os parâmetros legais em vigência no país. Doações de empresas eram permitidas e perfeitamente de acordo com as normas da Justiça Eleitoral nas eleições citadas. Em todos esses anos, após fiscalização e análise acurada do Tribunal Superior Eleitoral, todas as contas do PMDB foram aprovadas não sendo encontrados nenhum indício de irregularidade".

1 1 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Renan provoca Moro

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), negou ontem seja uma provocação convidar o juiz Sérgio Moro, outros juizes, além de integrantes do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal (STF) para falar sobre a proposta de abuso de autoridade em tramitação na Casa. "Não acho, não. É importante que ele venha, que o procurador-geral [Rodrigo Janot] venha, que o STF [Supremo Tribunal Federal] venha, para que a gente possa fazer um debate público e, ao final, deliberar nessa questão", afirmou Renan, que montou neste fim de ano um pacote de medidas que miram o Judiciário como o abuso de poder.

Lei de 1965

Responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância, Sérgio Moro já se manifestou contra a proposta em alguns momentos e a classificou como "preocupante". Opinião semelhante têm entidades de magistrados que já trataram do tema. Sempre que trata do assunto, Renan Calheiros disse que "a lei de abuso de autoridade é de 1965, editada pelo general Castelo Branco". Com pressa, o presidente do Senado pretende designar um relator para a proposta já na próxima semana, quando também vai agendar audiências públicas para ouvir quem pretende chamar.

Salários sob mira

Em outra frente, Renan instalou na manhã de ontem, uma comissão que vai investigar salários que ultrapassam o teto do funcionalismo público. O teto do funcionalismo público é estabelecido pelo salário dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), hoje em R\$ 33.763. Em alguns casos, funcionários públicos ganham mais que esse valor porque acumulam vencimentos em vários poderes, ou são aposentados, por exemplo, pelo Legislativo e contratados, em seguida, pelo Executivo. A comissão extrateto foi anunciada por Renan na quarta-feira (9). A intenção é fazer um amplo levantamento sobre salários dos Três Poderes. Nos bastidores, contudo, alardeia-se que o foco é o Judiciário.

1 1 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça determina que presídio feminino tenha aulas à noite

Rafael Gregório

Folhapress

São Paulo - O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou, na última segunda-feira (7), que o governo do Estado ofereça ensino no período noturno às mais de 2.100 mulheres presas na Penitenciária Feminina de Santana, na zona norte da capital paulista. A decisão do TJ-SP prevê multa diária de R\$ 500, até o limite de R\$ 500 mil, em caso de descumprimento a partir de 2 de janeiro de 2018, quando devem ter início as aulas à noite. O governo estadual afirmou que ainda não foi intimado da decisão. A Procuradoria Geral paulista declarou que “analisará os autos do processo judicial” e que “se for o caso, interporá os devidos recursos”.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo disse à reportagem que a estimativa é que não haja custo adicional significativo na abertura de turma à noite. A Penitenciária de Santana tem ensino pela manhã e à

tarde, mas as aulas noturnas são demanda antiga das presas, que alegam conflito entre os horários de estudo e de trabalho.

Em pesquisa feita com autorização judicial pelas entidades autoras do processo, em 2014, apenas 12% das presas de Santana estudavam, apesar de 87% delas afirmarem ter interesse em frequentar aulas. Mais de 82% das mulheres trabalhavam, quase todas (94%) em período integral. “A maior parte das presas são provedoras de suas famílias. Fora da prisão elas têm filhos e mães doentes. Se tiverem de escolher entre um ou outro, necessariamente será trabalhar”, declarou Raquel Lima, advogada e coordenadora do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.

Assim como o trabalho, o estudo é uma das hipóteses de remição (perdão) de dias da pena. A cada 12 horas de frequência escolar – o equivalente a três dias letivos –, é abatido um dia do total da sentença. “É fundamental para a reintegração social, reduz a reincidência e previne a cri-

minalidade dentro e fora das cadeias”, afirmou Vivian Calderoni, advogada da Conectas Direitos Humanos.

JUDICIALIZAÇÃO

A ação foi proposta em 2012 pela Defensoria Pública do Estado de SP e pelas organizações Ação Educativa, IT-TC, Conectas, Pastoral Carcerária e Instituto Práxis. Prevista na Lei de Execução Penal e em resolução do Conselho Nacional de Educação, a oferta de ensino a detentos é obrigação das secretarias de Educação, no caso de prisões estaduais, e do Ministério da Educação, nas federais.

A decisão do TJ se insere em um contexto de judicialização de políticas públicas, como a oferta de medicamentos de alto custo pelo SUS, em discussão no Supremo Tribunal Federal. O grupo fez reuniões com a Secretaria de Educação e tentou audiências de conciliação. A resposta, porém, foi que a proposta era inviável devido à “escassez de funcionários” durante o período noturno, o que acarretaria em risco de fugas.

Blog do Fábio Campana –
11/11/2016

11 NOV 2016

Senado na cola do Judiciário

Sem alarde, o presidente do Senado, Renan Calheiros, criou comissão para investigar o chamado extrateto dos três Poderes. Serão checados todos os salários do Judiciário, Executivo e Legislativo que ultrapassem o teto constitucional de R\$ 33.763. Ninguém assume, mas o movimento mira o Judiciário, especialmente integrantes do Ministério Público, que tem investigado parlamentares.

Oficialmente, Renan diz que é “absurdo pessoas ganharem R\$ 90 mil, R\$ 100 mil, R\$ 200 mil, quando estamos fazendo sacrifício controlando o gasto público”. A relatora da comissão será a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), escolhida por Renan. As informações são da Coluna do Estadão.

GAZETA DO POVO 10 NOV 2016
GAZETA DO POVO ONLINE –
10/11/2016

Trabalhado no mármore
Paraná, prédio do TJ é
reinaugurado; veja fotos

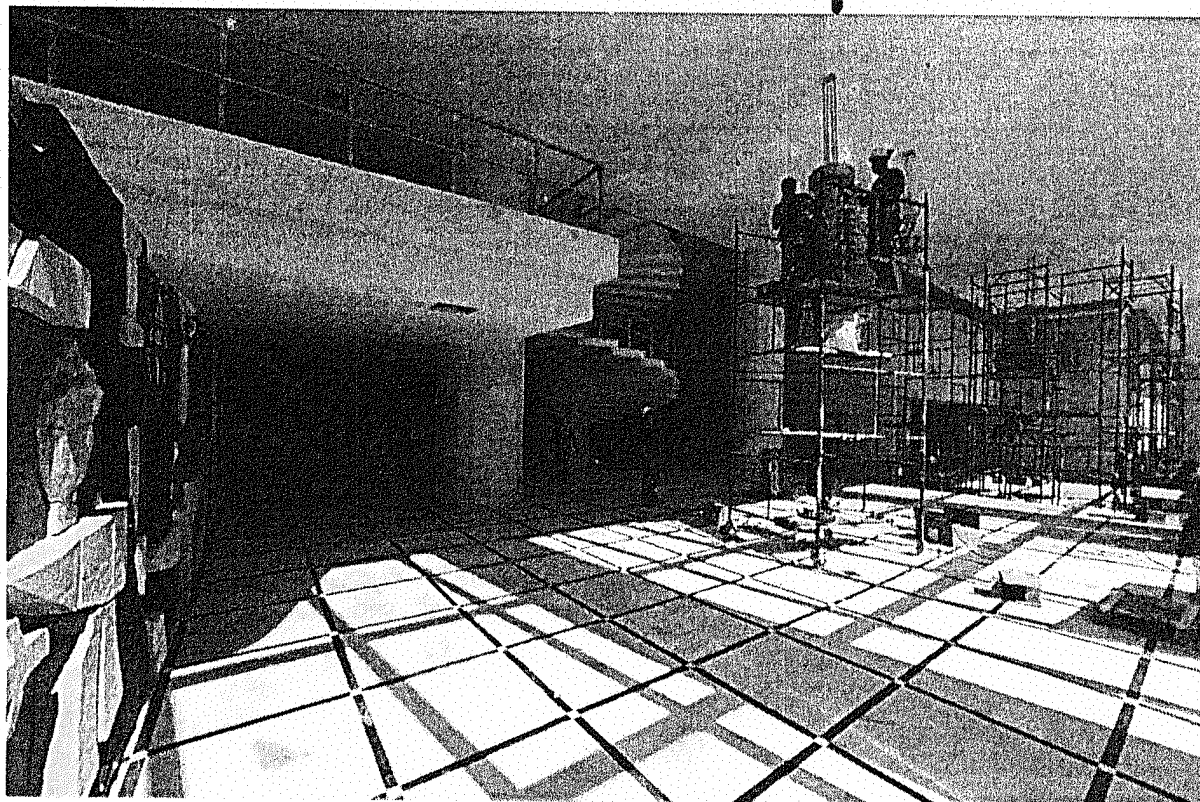
*Obra de revitalização do Tribunal de
Justiça, que preservou alguns materiais
originais, levou quase dois anos e custou R\$
60 milhões*

Katia Brembatti

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

1 0 NOV 2016
GAZETA DO POVO



Quem passa ao lado do Palácio da Justiça, no Centro Cívico de Curitiba, vê um canteiro de obras e talvez não acredite que o prédio será reinaugurado nesta quinta-feira (10). O imóvel histórico, integrante do conjunto arquitetônico do Centro Cívico, passou por uma recauchutada. A reforma

CONTINUA

10 NOV 2016

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

começou em janeiro de 2015 e a parte de engenharia civil – com o projeto, obras e elevadores – custou R\$ 60 milhões. Outros R\$ 5,5 milhões foram desembolsados com móveis.

Quando a Gazeta do Povo visitou a reforma, na sexta-feira passada (4), dezenas de operários se apressavam para deixar o local apresentável. Mas, apesar da solenidade da entrega, o espaço ainda deve permanecer em obras por algum tempo. Os elevadores, por exemplo, não devem ficar prontos antes do fim do mês.

Confira fotos dos últimos preparativos para a entrega do Palácio de Justiça

Patrimônio histórico

O sexto andar é “retrofit” – ou seja, preservou muitos dos elementos originais, como tacos de imbuia, ladrilhos e pastilhas. Os materiais foram restaurados e reutilizados – uma exigência do Conselho

CONTINUA

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

de Patrimônio Histórico, já que o prédio é tombado.

10 NOV 2016 .:

Já os demais andares são trabalhados no mármore Paraná branco. O mobiliário não chega a ser espartano, mas não há ostentação. A divisão interna foi feita com drywall e o controle dos aparelhos de ar condicionado agora é por gabinete. As janelas são duplas, para barrar o ruído externo. Há sistema de combate a incêndio e iluminação em LED.

A capela, antes católica, virou ecumênica, e o hall, ornado com um painel de Poty Lazzarotto e lustres sessentistas, foi preparado para receber exposições, mostras culturais e lançamentos de livros.

O maior do mundo

O prédio do Palácio da Justiça deveria, em princípio, abrigar estruturas do Executivo estadual. Dentro do projeto inicial do Centro Cívico, o imóvel foi previsto para

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO

reunir todas as secretarias

10 NOV 2016

governamentais. Projetado pelo arquiteto carioca Sérgio Rodrigues, deveria ter 33 andares – e ser o maior do mundo, à época, feito de concreto armado. Mas o dinheiro acabou e prédio ficou com 12 andares, passando a ser ocupado pelo Tribunal de Justiça a partir de 1962.

Escolha dos gabinetes

Por critério de antiguidade, os desembargadores tiveram direito a escolher os gabinetes. Como os espaços são de tamanho semelhante, questões como a luminosidade e a vista da janela acabaram pesando na decisão.

Os desembargadores Clayton Camargo e Regina Portes ficaram com as únicas salas com varanda. Entre os com mais tempo de serviço, oito magistrados optaram por permanecer no prédio anexo. A transferência dos móveis dos demais não

CONTINUA

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

tem uma data fixa – cada um pode escolher quando quer se mudar, a partir da inauguração.

1 0 NOV 2016

A presidência ficará no primeiro andar – já os demais espaços de direção permanecerão no prédio anexo, juntamente com o salão em que acontecem as reuniões do Órgão Especial e do Pleno. Como o espaço reformado abriga apenas 82 gabinetes, quatro dezenas de magistrados devem ficar instalados no anexo.

A ligação entre os prédios é feita por 11 andares de passarelas de aço, revestidas em vidro espelhado. A estrutura parece bem reforçada, mas treme a cada passo. Ainda será licitada a obra do estacionamento – dois andares subterrâneos. Não há data para os trabalhos serem iniciados.

Blog do Zé Beto

1 0 NOV 2016

Reformado

A reforma da sede do Tribunal de Justiça do Paraná, que custou R\$ 60 milhões, ficou pronta e o prédio será entregue hoje. Quanto à Justiça, propriamente dita, bem... deixa pra lá.